

Sobre a decisão do Tribunal Constitucional referente ao Orçamento de Estado para 2014

Só a luta vai impôr o fim dos roubos a trabalhadores e reformados!

O Tribunal Constitucional publicitou no dia 30 de Maio a sua decisão relativa ao Orçamento de Estado para 2014. Mais uma vez o Tribunal fugiu a fazer cumprir a Constituição, optando por uma decisão que por um lado é obrigada a reconhecer a evidente anticonstitucionalidade do OE 2014, mas por outro deixa porta aberta ao Governo para muitos dos roubos que tem vindo a praticar.

Assim, o Tribunal Constitucional viu-se obrigado a declarar a inconstitucionalidade das normas constantes do artigo 33º do Orçamento de Estado - ou seja, do roubo de 2,5% a 12% do salário para os trabalhadores com salários superiores a 675 Euros. Essa decisão deveria implicar a devolução dos montantes roubados desde Janeiro de 2014, mas o Tribunal Constitucional, numa escandalosa cedência às chantagens do Governo, determinou que a eficácia da sua decisão se aplicasse apenas após a data da publicação da mesma. Ou seja, é roubo, mas o que está roubado para o ladrão fica!

No final deste mês de Junho TODOS os afectados por estes roubos têm direito a receber as suas remunerações isentas destes cortes. Mas não tenhamos quaisquer dúvidas que o Governo irá tentar aprovar medidas para aplicar novos roubos sobre os salários. É preciso estar vigilante e reforçar a luta!

Onde o frete do Tribunal Constitucional ao Governo é por demais evidente é na decisão de considerar legal o roubo dos **complementos de Reforma**. É uma decisão que envergonha o Tribunal Constitucional e juridicamente insustentável. O Tribunal Constitucional diz que o roubo é legal, nós dizemos que um roubo é um roubo, e que importa continuar a lutar contra ele. O Tribunal Constitucional recusou-se a cumprir o seu papel e declarar a inconstitucionalidade do Artigo 75º do OE 2014, nós continuaremos a cumprir a nosso: a exigir a revogação dessa norma do OE 2014 em cada Orçamento Rectificativo que seja levado à Assembleia; a lutar pela não inclusão deste roubo nos futuros Orçamentos de Estado.

Através desse roubo dos complementos, o Governo está a roubar umas centenas de euros por mês a milhares de reformados da Carris e do Metro, impondo reduções de rendimentos que atingem os 60%, para poder continuar a pagar aos banqueiros os milhares de milhões de euros em swaps e usura. Nós vamos continuar a lutar contra esta injustiça, esta imoralidade, esta inconstitucionalidade.

Esta decisão vem reforçar ainda mais a necessidade de intensificar a luta contra este Governo e pela sua urgente demissão. Só a demissão do Governo, a dissolução da Assembleia da República e a convocação imediata de eleições poderá impedir o Governo de aprovar novos roubos aos trabalhadores e reformados (venham estes novos roubos através de novos cortes salariais para substituir os agora declarados inconstitucionais, ou através do aumento da carga fiscal suportada pelo povo).

Num momento em que PSD e CDS tiveram a sua maior derrota eleitoral de sempre, expondo a sua total falta de legitimidade para continuar no Governo, é tempo de intensificar a luta pela demissão do Governo. É verdade que a posição do PS, apoiante dos eixos centrais desta política, não contribui em nada para acelerar essa queda, na medida em que está claramente mais preocupado com questões internas e com cozinhar uma alteração à legislação eleitoral que lhe permita ter maioria absoluta com 31% dos votos.

Cabe aos trabalhadores e ao povo tomar nas suas mãos a luta pela demissão deste Governo e a resistência à política em curso. As grandes jornadas de luta de 14 de Junho (Porto) e 21 de Junho (Lisboa) promovidas pela CGTP-IN serão um importante momento de luta, que deverá ser acompanhada do máximo de acções de resistência em cada empresa do sector.

É aos trabalhadores e ao povo quem cabe tomar nas suas mãos a luta pela demissão deste governo, e a resistência a esta política de roubos!

Sector dos Transportes O.R.Lisboa
Partido Comunista Português

